



Área Temática:

GT25 - Partidos e Sistemas Partidários

**PADRÕES GEOGRÁFICOS DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL: Uma
Análise Pela Perspectiva Ideológica dos Partidos Políticos - 2002 e 2006**

Autores:

Carlos Augusto da Silva Souza (UFPA/UNAMA)

Maria Jeanne da Silva Cavalcante (UFPA)

**Águas de Lindóia - SP
2012**

PADRÕES GEOGRÁFICOS DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS NO BRASIL: uma análise pela perspectiva ideológica dos partidos políticos - 2002 e 2006

Resumo

O presente estudo faz uma discussão acerca das alianças eleitorais realizadas pelos partidos políticos nas eleições para o cargo de Deputado Federal em 2002 e 2006. O enfoque adotado buscou apresentar dados que possibilitem a reflexão sobre a coerência ideológica das coligações, a partir de um recorte geográfico que contemple as regiões e estados brasileiros, evidenciando suas diferenças e similitudes. O trabalho parte da hipótese de que a formação das coligações partidárias brasileiras não evidencia um padrão uniforme nacional, seguindo padrões diferenciados, determinado por contextos sócio-políticos e características particulares de cada unidade da federação. Para a execução da pesquisa construiu-se um índice estatístico, denominado de Índice de Coerência Ideológica – ICI, que permitiu mensurar os padrões ideológicos das coligações realizadas em 2002 e 2006 em cada estado da federação, que posteriormente foram agregados em regiões para avaliar as possíveis discrepâncias e semelhanças entre as unidades analisadas.

INTRODUÇÃO

As coligações eleitorais se caracterizam como uma das instituições mais polêmicas do sistema eleitoral brasileiro. Estão presentes no cenário político nacional desde as eleições democráticas de 1945, sendo interrompidas no regime autoritário em 1964 que proibiu o uso desse instrumento e implantou um regime bipartidário. A adoção de coligações retornou ao cenário eleitoral após a redemocratização em 1985, que possibilitou a utilização de alianças no somatório dos votos para efeito do quociente eleitoral.

A permissividade conferida pelas regras eleitorais brasileiras possibilita que os partidos se coliguem para efeito da disputa eleitoral. A coligação pode ser realizada entre dois ou mais partidos e pode registrar, nas eleições proporcionais, o número de candidatos equivalente a até o dobro do número de lugares a serem preenchidos. A celebração da coligação permite aos partidos somarem seus tempos para efeito da determinação do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) e somarem os votos de seus candidatos para alcançarem o quociente eleitoral.

Do ponto de vista da determinação dos eleitos, a coligação funciona como se fosse um partido único, uma vez que as cadeiras obtidas são ocupadas pelos candidatos mais votados no interior da lista da coligação. Este sistema vem recebendo diversas críticas devido à subrepresentação dos partidos que possuem maior contribuição para a produção do quociente eleitoral.

A esse respeito Nicolau (1996) informa que a singularidade do sistema político brasileiro é a ausência de um sistema matemático para distribuir as cadeiras entre os partidos que participam das eleições coligados. Isso acontece devido à inexistência de regras que estabeleçam um cálculo prévio da contribuição de cada partido para a votação total da coligação. As cadeiras obtidas por um partido coligado depende do posicionamento de seus candidatos na lista, e não do percentual de votos deste sobre a votação total da coligação. Nessa situação, um partido que teve baixa contribuição para o quociente eleitoral, pode ter um candidato que ficou bem posicionado na lista, enquanto um partido que obteve significativa contribuição para a coligação, pode ter candidatos com desempenho individual insatisfatório para conseguir se eleger.

Por esta razão segundo alguns autores (Nicolau, 1996; Fleischer & Dalmoro, 2005; Schmitt, 2005) a coligação acaba por favorecer os pequenos partidos, que sozinhos, não conseguiriam alcançar o quociente eleitoral. Os pequenos partidos, conscientes de sua reduzida *constituency eleitoral* acabam apresentando poucos nomes para a composição das listas, com intuito de concentrar votos em alguma liderança relevante e, assim, classificá-los nos primeiros lugares da lista da coligação. Em alguns países onde o sistema de coligação também é adotado, o prévio ordenamento da lista exige algum tipo de distribuição intracoligação, mas, no Brasil, as coligações não estabelecem distinção na transformação de votos em cadeira no interior das coligações (NICOLAU, 1996). Esse comportamento traria grandes distorções ao sistema eleitoral na medida em que ignora a relação entre a força eleitoral dos partidos e o número de cadeiras obtidas, o que acaba contribuindo para o aumento da desproporcionalidade do sistema, a fragmentação das forças políticas no Congresso Nacional e a fraca representatividade social do sistema político.

Outro ponto abordado pela literatura refere-se à incoerência ideológica das coligações. Neste aspecto, para alcançar resultados satisfatórios, os partidos, muitas vezes, formam coligações esdrúxulas, inconsistentes e diferenciadas nos diversos estados brasileiros, o que na percepção de Maiwanring (2003) dificulta a criação de laços de

lealdade entre os eleitores e as siglas partidárias. Segundo o autor, “no Brasil somente uma minoria é capaz de se identificar com algum partido”. As coligações influenciam neste processo ao possibilitar que os partidos disputem a eleição como se fossem um partido único, mesmo que sejam de eixos ideológicos absolutamente distintos, o que acaba por limitar a percepção por parte do eleitorado sobre a matriz ideológica dos partidos e a defesa programática de seus conteúdos.

Por esta razão, grande parte dos eleitores não reconhece os partidos como portadores de identidades sociais, o que dificulta a formação de vínculos entre os cidadãos e as legendas partidárias. As coligações têm uma função meramente eleitoral, mas não implicam em ações conjuntas na câmara ou em outras esferas da vida social, dificultando que o eleitor visualize os partidos como representantes de programas e portadores de vínculos ideológicos socialmente estabelecidos, resultando na produção de estruturas partidárias desagregadas e com baixa adesão social.

Santos (1987) concorda com esta observação ao afirmar que no processo de formação de coligações o que está em jogo são os interesses meramente eleitorais, já que as alianças são formadas pautadas preferencialmente no desejo de obter representatividade, devido as barreiras estabelecidas pelo quociente eleitoral. Para o autor, entretanto, a maioria das alianças acaba por distorcer a representação parlamentar, uma vez que não são coerentes do ponto de vista dos programas defendidos e nem sob a ótica da representação social. As alianças são derivadas exclusivamente de estratégias políticas que visam à conquista de cadeiras no parlamento e não possuem como elemento principal questões ideológicas ou a defesa de conteúdos de políticas governamentais.

Nicolau (1996) por outro lado afirma que este processo se estabelece em razão da força diferenciada que os partidos possuem no interior da federação brasileira. Para o autor, vigora no Brasil um verdadeiro *federalismo partidário*. Isto significa que um partido pode ser fraco em um determinado estado e possuir grande representatividade em outro, pois há um intenso grau de descentralização entre as esferas local e nacional, o que leva os partidos a utilizarem estratégias diferenciadas nos inúmeros distritos brasileiros. Para ele, os partidos brasileiros são desigualmente distribuídos pelo território nacional, quer em termos organizacionais, quer em termos eleitorais. Os diferentes ritmos de organização e de desempenho eleitoral fazem com que os partidos façam alianças eleitorais como mecanismo necessário para obter representação, produzindo acordos políticos nem sempre bem

compreendidos pela sociedade. Isto tem reforçado as análises que indicam que no sistema político brasileiro, os partidos acabam não construindo bases sociais bem definidas, o que influencia sobremaneira na criação de vínculos entre o eleitorado e as legendas partidárias e impacta nas oscilações sobre a força eleitoral dos partidos em cada unidade da federação no transcurso de uma eleição para outra.

Schmitt (1999) por sua vez ao analisar as afinidades ideológicas entre os partidos políticos chegou à conclusão que a coerência ideológica das coligações hoje é superior a coerência obtida com as alianças no ciclo eleitoral anterior (1946-64), no entanto, ressalta que o ciclo atual repete o feito no passado, a coerência ideológica é superior nos partidos de direita e menor nos partidos de esquerda, fato esse ocasionado pelas diferenças programáticas oriundas dos partidos que compõem as coligações da esquerda. Schmitt (1999) ao analisar os estudos recentes contemporâneos conclui que entre as principais respostas para explicar a contradição das coligações estão relacionadas à uma conjunção de diversos fatores presentes no sistema eleitoral brasileiro, entre eles as mais importantes são: articulação entre os pleitos majoritário e proporcional, particularmente no que diz respeito à distribuição do tempo da propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação; a distribuição desigual da força eleitoral dos diferentes partidos através das unidades da Federação e as barreiras impostas pelo quociente eleitoral. A revisão dessas análises é importante para maior compreensão desse mecanismo eleitoral tão complexo, mas de suma importância para o sistema eleitoral brasileiro.

É no contexto desta discussão que esta pesquisa foi realizada: compreender as alianças eleitorais formadas ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2002 e 2006 e identificar a coerência ideológica destas coligações a partir de um estudo comparativo entre os estados e regiões que compõem a federação brasileira.

A Ideologia Partidária como Variável de análise das Coligações

A origem da definição ideológica das legendas partidárias, dividindo-as inicialmente entre direita e esquerda, se originou durante as reuniões que anteciparam à revolução de 1789, onde à direita do rei estava posicionada a nobreza, e à esquerda a burguesia e a massa camponesa, que eram contrários as posições aristocráticas e monárquicas da nobreza; defendiam a implantação da democracia através de uma mudança radical na sociedade.

Porém para alguns autores a origem da definição entre direita e esquerda na política advém do final do século XVIII, na Assembléia Constituinte francesa (instalada logo após a

tomada da Bastilha em 1789), a partir da posição dos assentos dos partidários que compunham a assembléia. Sentados à esquerda encontrávamos os jacobinos compostos pelos partidários mais radicais e à direita os girondinos formado pelos partidários mais conservadores. Os jacobinos eram denominados também de partido da montanha e representavam os interesses da pequena burguesia e do proletariado urbano, defendiam também a implantação da república. Porém os girondinos, formados pela grande burguesia mercantil, eram contrários a estes interesses e defendiam o livre mercado e a propriedade privada.

Essa dicotomia permaneceu durante toda a revolução francesa; e no século XIX ganhou nova roupagem com a ascensão do movimento socialista, que defendia a intervenção do Estado na economia, com a intenção de diminuir as desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto a esquerda englobava todos os seguimentos contrários as desigualdades sociais provocadas pela industrialização capitalista. Apesar da complexidade incorporada a esta dicotomia, a mesma permaneceu e fortaleceu o seu embate durante todo o século XX. Porém nas últimas décadas do século XX, a distinção clássica entre direita e esquerda foi enfraquecendo e teve severas contestações, por intelectuais da ciência política, que afirmam que a dicotomia não possui mais uma definição nítida, e, portanto, não teria mais sentido sua aplicação.

Além do mais, a complexidade das relações econômicas e sociais surgidas no decorrer do século XX fez emergir uma gama de agremiações partidárias que não estavam ideologicamente alinhados a nenhuma das classificações anteriores. Por esta razão, surgiu uma terceira classificação que identificava essas legendas como pertencentes ao centro. Os partidos de centro são visualizados como grupos de interesse que não estão alinhados nem a defesa do capitalismo, nem a defesa do socialismo. Por esta razão, no caso dos sistemas que aceitam coalizões entre partidos de matriz ideológica diferentes, o centro é aquele que oscila entre os dois pólos, e tanto pode assumir posições próximas à esquerda quanto à direita, dependendo da matéria e das questões em disputa.

Sobre a crise de identidade que assola a correta definição sobre esquerda e direita, dois motivos são citados pelos intelectuais como principais para o enfraquecimento dessa díade: primeiro a crise do comunismo, representada pela queda do muro de Berlim em 1989, e segundo a complexidade das sociedades contemporâneas, que apresentam diversas

clivagens sociais dificultando assim o estabelecimento de uma separação nítida entre duas partes opostas.

Bobbio (2001) destaca cinco matrizes teóricas que questionam a existência da díade entre esquerda e direita na sociedade contemporânea: em primeiro lugar cita a crise das ideologias como matriz questionadora da existência desta dicotomia; em segundo realça a complexidade da política nas sociedades democráticas modernas, que impossibilitam resumir os problemas políticos a alguma polarização (esquerda ou direita); em terceiro plano, o surgimento de movimentos, como os ambientalistas, ecologistas, feministas, pacifistas, entre outros com interesses distintos que buscam melhorias para a sociedade como um todo, e se recusam a se enquadrar no esquema tradicional da divisão entre esquerda e direita, sendo considerados “transversais”, por poderem trafegar de um oposto ao outro; em quarto destaca a argumentação de alguns autores contrários a utilização da díade por considerá-la um conceito frágil diante dos novos dilemas sociais; o que faz com que estes conceitos assumam as mesmas propostas para os problemas, diminuindo as diferenças, e gerando dúvidas quanto a sua utilização, pois só existe direita porque existe esquerda, então se não há direita, como haverá esquerda e vice-versa.

A quinta e última matriz se refere ao argumento de que a extinção da díade ocorreu devido ao fato de que ambas tornaram-se “meras ficções”, pois diante da complexa realidade contemporânea, exposta nas demais matrizes, com os intrincados problemas políticos foi necessário que os *destros* (*destri*) e os *esquerdos* (*sinistri*) formulassem, no fim das contas, os mesmos programas e propusessem para os seus eleitores, basicamente, os mesmos fins imediatos.

Bobbio (2001), após apresentar as principais matrizes teóricas que questionam a existência da díade esquerda/direita, apresenta-se como o maior defensor da importância desta. O autor afirma que ao assumirmos a crise das ideologias tradicionais, estamos criando espaço para o surgimento de novas ideologias, o que o leva a assegurar que as ideologias tradicionais não foram extintas e sim substituídas por novas. Para o autor, direita e esquerda não se configuram como conteúdos fixos, podem designar diversos conteúdos de acordo com o tempo e o contexto o qual estão inseridos. Afirma ainda que o fundamental é definir qual ou quais os critérios que serão utilizados para diferenciar a esquerda da direita. Aponta como principais e mais freqüentes os critérios de “igualdade” e “liberdade” para defini-las no contexto atual, afirma ainda que a esquerda busca atenuar as diferenças, com o intuito de

valorizar o igual entre os indivíduos, e a direita destaca a diversidade, com o interesse de acentuá-las, sendo a esquerda mais igualitária e a direita mais “inigualitária”. *“O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (BOBBIO, 2001. p.106)”*

Apesar das inúmeras críticas a existência da dicotomia, muitos autores afirmam que a mesma ainda persiste, entre eles, Giddens (1999) afirma ser à esquerda a busca pelas mudanças sociais visando à igualdade política, social e econômica; já a direita encontra-se atrelada a raízes tradicionais contrárias a mudanças que também visam à igualdade. Porém Singer (2000), ao estudar o caso brasileiro, discorda desses autores, inclusive de Bobbio (2001) e afirma que não cabem ao Brasil estas distinções, já que aqui estes conceitos não são definidos pela busca da igualdade em si, e sim a maneira de obtê-la, “não exatamente mudar ou conservar, mas sim como mudar”. De acordo com o autor a direita visa à manutenção da ordem, da autoridade do Estado, para atingir a igualdade, e a esquerda busca contestar a ordem, a autoridade do Estado em nome da igualdade.

Em estudo recente Miguel (2010) questiona a utilização da díade esquerda/direita, e apesar de ressaltar a importância do esforço de Bobbio (2005) em defender sua acuidade, afirma que a sua tese é fraca, pois a questão da igualdade se mostra insuficiente para delimitar “sem ambiguidades a linha divisória entre esquerda e direita”, já que pensadores de direita também defendem suas próprias versões de igualdade, como “igualdade de oportunidades” ou “igualdade de condições iniciais”; outrossim, na esquerda também se percebe o interesse pela “diferença”. Outro fator que merece destaque para o autor se refere às inúmeras clivagens sociais contemporâneas que, diante da sua complexidade, não permitem a classificação na díade esquerda/direita, pois esta dicotomia pressupõe uma única dimensão como sendo a importante, e estes grupos possuem diferentes hierarquias de importância que podem perpassar pela esquerda e direita com diferentes valores.

No Brasil são inúmeros os estudos que utilizam a dicotômica divisão esquerda/direita, estes autores em sua maioria classificam os partidos políticos em três eixos ideológico (direita – centro – esquerda), e buscam identificar o comportamento dos mesmos ao se relacionarem dentro dos blocos ideológicos através de coligações, coalizões, etc. Dentro dessa conjuntura destaca-se o trabalho de Figueiredo e Limonge (1999) que analisaram as votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados entre 1989 e 1994, e

chegaram a conclusão que os partidos seguem a tradicional divisão (direita – centro – esquerda), e preferem formar coalizões dentro do mesmo campo ideológico, como foi verificado durante as votações deste período. Os autores também identificaram que a maior coesão ocorre dentro dos partidos de esquerda, o que fortalece a ideologia desse bloco.

Mainwaring (2001) em estudo sobre a díade esquerda/direita no Brasil alega que a distinção da dicotomia passou por inúmeras mudanças no decorrer do tempo, e que estas mudanças estão diretamente ligada ao contexto o qual estavam inseridas. Tal afirmação confirma a tese de Bobbio (2001), o qual assegura que as ideologias não são estáticas, podendo variar no decorrer do tempo e espaço. Mainwaring (2001) ao analisarem os conservadores e os não conservadores, destacam as diferenças entre ambas no decorrer da história recente do Brasil. Na ditadura militar, segundo estes autores, o que as distinguia era a defesa e a não defesa da democracia (autoritarismo x democracia); após 1985, as questões chave para a distinção se concentravam na busca por mudanças na conjuntura da Assembléia Nacional Constituinte, onde os não conservadores buscavam se livrar dos vestígios do autoritarismo, revogando todos os decretos, normas instituídos por estes; nos anos 90 a díade polarizou na defesa do papel do estado versus o mercado, onde os partidos conservadores defendiam o enxugamento do estado, a privatização de empresas públicas, a entrada de capital estrangeiro, entre outras medidas que a esquerda era contrária. Os autores destacam que a distinção entre esquerda e direita encontra o seu pilar nas questões econômicas, e nessa conjuntura a direita prioriza o econômico em detrimento das questões sociais, e vice versa.

Miguel (2010) ressalta que a classificação dos partidos políticos entre esquerda e direita encontra inúmeras dificuldades como pode ser examinado acima. No Brasil estas dificuldades, de acordo com autor, são ainda mais acentuadas, e, por problemas bastante conhecidos como:

Há a descontinuidade do sistema partidário brasileiro, nossos partidos são criados e desaparecem, se fundem, se partem, mudam de nome. Há a baixa identificação do eleitorado. Há o personalismo das disputas políticas. Há o fato de que um político pode passar por diversas legendas ao longo de sua carreira, de esquerda ou direita. Mas há, sobretudo, a fraca coesão e o localismo. Fraca coesão que se manifesta nas votações no poder legislativo e também nas disputas eleitorais, quando é freqüente que lideranças de um mesmo partido apoiem candidatos diferente, de peemedebistas e pefelistas abandonando Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves para embarcar na campanha presidencial de Collor em 1989 até o PSDB kassabista na São Paulo de 2008. E o localismo que faz com que os partidos ganhem colorações diferentes de acordo com os caciques locais que os controlam - ou será que o PSB de Eduardo Campos, de Wilma de Farias e de Cid Gomes para ficar apenas em três governadores Nordestinos, é o mesmo partido? (MIGUEL, 2010. p. 34).

Ainda segundo o autor duas conclusões podem ser retiradas das análises feitas sobre o tema: a primeira se refere à fragilidade da utilização da classificação no continuum esquerda/direita no caso brasileiro, onde o estudioso classifica como uma simplificação “grosseira”, porém, necessária para podermos estudar a política brasileira, com sua volatilidade e alta fragmentação partidária, que exige para estudo, que as legendas possuam “rótulos mais estáveis”, além da necessidade de “reduzi-las a um número manejável”. Ressalta ainda que esta classificação se trata apenas de um artifício metodológico, não sendo portanto, um dado da realidade. A segunda conclusão para o autor advém da primeira, que afirma que é impossível buscar qualquer classificação “objetiva” dos partidos.

Tais estudos fortalecem a importância de utilizarmos a dicotomia esquerda/direita na análise do complexo sistema político brasileiro, até porque esta dicotomia é presente na política do país, e pode ser observada nos debates políticos, nos programas de televisão e nos discursos partidários, entre outros. Apesar da enorme complexidade que envolve o tema, alguns autores ainda manifestam preferência pela utilização da matriz ideológica como referência para os estudos eleitorais e partidários no Brasil.

Kinzo (1993), por exemplo, no início dos anos noventa, afirma que, ao nível nacional:

Pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral (KINZO, 1993. p. 30).

Da mesma forma, Figueiredo e Limongi (1999), fizeram opção em considerar a matriz ideológica como importante para a classificação partidária. Em seus estudos apresentaram uma gama de evidências que contestava a tese de que as instituições brasileiras produzem um sistema partidário fraco, com reduzida possibilidade de controle e com baixa vinculação entre os partidos e os deputados eleitos. Para eles, na política brasileira os parlamentares se comportam como sujeitos políticos coesos e disciplinados, altamente solidários com as determinações provenientes das legendas partidárias. O elemento que se interporia a este fenômeno seriam as instituições estabelecidas pelo regimento da câmara, que confere aos líderes partidários, grande poder de influência sobre o comportamento do plenário, sobre as decisões das bancadas e ainda sobre o trabalho das comissões. Além disso, mostraram que nas

votações na Câmara dos Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

Esta visão se distancia dos estudos que, inspiradas no comportamento legislativo dos congressistas norte-americanos, partem da idéia de que as instituições brasileiras possibilitam a emergência de um jogo político em que os parlamentares se comportam como atores que defendem posições e interesses pessoais e não seguem as determinações oferecidas pelos programas e ideologias partidárias. Nesta interpretação, cujos trabalhos mais importantes são o de Mainwaring (2001) e Ames (2003) três instrumentos são particularmente responsáveis pelo distanciamento entre ideologia e atuação política dos partidos: o sistema proporcional, a lista aberta e as coligações.

O sistema proporcional, na medida em que colocam em disputa muitas vagas, acaba por produzir intensa competição eleitoral e faz com que os partidos lancem muitos candidatos para o mesmo cargo na mesma circunscrição eleitoral. A lista aberta, por outro lado, que transfere para o eleitor a definição da organização das listas partidárias contribui para este processo, pois faz com que o partido tenha pouca ingerência sobre a definição de quem vai se eleger. Isto faz com que os candidatos sejam compelidos a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária. As coligações partidárias, por sua vez, apresentam uma função meramente eleitoral, mas não implicam em ações conjuntas na câmara, dificultando que o eleitor reconheça os partidos como representantes de programas e portadores de vínculos ideológica e socialmente estabelecidos. Ao lado disso, o voto personalizado joga os membros das alianças uns contra os outros, tornando-os inimigos reciprocamente ameaçadores, e a permissividade para a troca de legendas propicia aos deputados enorme facilidade em fugir da disciplina partidária e da fiscalização dos eleitores. É por essa razão que os efeitos proporcionados pelas regras eleitorais respondem em grande medida pelas determinações personalistas desenvolvidas pelos parlamentares. Em um contexto em que as instituições não oferecem condições ao fortalecimento dos vínculos partidários, o objetivo do deputado acaba concentrando-se na manutenção de suas bases políticas, produzindo partidos fracos e deputados indisciplinados em relação às determinações originadas das legendas partidárias.

No que respeita à visualização dos partidos numa escala esquerda-direita, Carreirão (2006) inspirado nos estudos de Singer (2000) que, numa percepção da política por parte dos eleitores, mesmo que parte do eleitorado não tenha uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte dessa população consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização.

Por esta razão, acreditamos que o uso do *continuum* esquerda-direita ainda se apresenta como uma forma possível de análise de aspectos importantes do cenário político brasileiro e apresenta elevada capacidade explicativa para a interpretação de alguns fenômenos próprios da realidade brasileira. Destarte este trabalho utilizará a díade (esquerda/direita) e classificará os partidos no eixo direita-centro-esquerda conforme a classificação já consolidada pela literatura, que encontramos em artigos acadêmicos, jornalísticos e até mesmo nos discursos partidários políticos.

Aspectos metodológicos do Estudo

Para realização desta pesquisa foram coletados dados sobre os candidatos e partidos políticos nas eleições ocorridas em 2002 e 2006 para o cargo de Deputado Federal em todos os estados brasileiros através de pesquisa realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Os dados pesquisados foram: a) unidade de federação; b) as legendas que concorreram às eleições; c) as legendas que formaram coligações; d) as legendas que concorreram isoladas; e) a composição das coligações; c) as legendas que elegeram candidatos; e d) o número de candidatos eleitos por legenda. Esses dados foram cruzados com intuito de identificar possíveis padrões ideológicos de coligações nas diversas regiões e estados brasileiros ao cargo de Deputado Federal.

Como instrumento para a produção de evidências, construiu-se, com base na teoria dos Números Índices, um indicador estatístico denominado de **Índice de Coerência Ideológica (ICI)** que possibilitou mensurar o grau de coerência ideológica das coligações partidárias firmadas nas eleições para Deputado Federal em todo o território nacional. Foram estudadas 283 coligações partidárias, sendo 139 nas eleições de 2002 e 144 nas eleições de 2006.

Para o cálculo do índice foi utilizada a seguinte equação:
$$ICI = \frac{MNPMEI \times 100}{TPC}$$

Onde,

ICI é o Índice de Coerência Ideológica; o *MNPMEI* é o Maior Número de Partidos do Mesmo Eixo Ideológico observado e *TPC* é o Número Total de Partidos Coligados observados.

Para o cálculo do ICI foi considerado os três eixos ideológicos que compõe o cenário político brasileiro: **esquerda**, **direita** e **centro**. Em cada coligação foi observado o número total de partidos que as compunha e a quantidade de partidos do mesmo eixo ideológico em relação a número de partidos de eixos ideológicos diferentes.

De acordo com o percentual de predominância dos partidos de determinado eixo ideológico, o ICI da coligação foi construído a partir de três dimensões:

➤ *ICI FRACO* (Coerência Ideológica Fraca) – Quando o percentual de partidos da mesma tendência ideológica que compõem determinada coligação estão entre 0% a 49% do total da coligação.

➤ *ICI MODERADO* (Coerência Ideológica Moderada) – Quando o percentual de partidos da mesma tendência ideológica que compõem determinada coligação estão entre 50% a 79% do total da coligação.

➤ *ICI FORTE* (Coerência Ideológica Forte) – Quando o percentual de partidos da mesma tendência ideológica que compõem determinada coligação estão entre 80% a 100% do total da coligação.

A utilização desse índice estatístico buscou estabelecer as diferenças e semelhanças no processo de alianças nas regiões brasileiras, com intuito de identificar se existe um padrão na formação das alianças partidárias para o cargo de deputado federal nos estado e nas regiões brasileiras.

Na determinação da ideologia partidária, os partidos foram classificados de acordo com a aproximação programática existente entre eles. Assim, o eixo ideológico da Direita passou a contar com o seguinte conjunto de partidos: DEM (PFL), PHS, PP (PPB), PR (PL/PRONA), PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTB, PTC, PT do B, PTN. O **centro**: PMDB e PSDB. E a **esquerda**: PCB, PC do B, PCO, PDT, PMN, PPS, PRB, PSB, PSOL, PSTU, PT, PV.

A Relação entre Desempenho eleitoral e coligações

Os dados referentes às eleições brasileiras de 2002 e 2006 alusivos ao cargo para Deputado Federal nos mostram o domínio das coligações sobre os partidos que preferem

concorrer de forma isolada na arena eleitoral. Na eleição de 2002 se apresentaram para disputar o cargo de Deputado Federal nos 27 Estados brasileiros e no Distrito Federal 4.198 candidatos¹. Destes apenas 20,39% participaram do processo sem realizarem coligações e 79,61% concorreram formando alianças partidárias. Nas eleições de 2006, houve um significativo aumento no percentual de candidatos que optaram por apresentar-se a disputa de forma isolada, pois dos 4.977 candidatos que disputaram a eleição nesse ano 33,35% concorreram sem coligação e 66,65% entraram na disputa formando alianças partidárias. Isto indica que, apesar de não se manterem constantes no tempo, as coligações se apresentam como uma estratégia eleitoral interessante para a maioria dos partidos políticos que desejam conquistar mandato parlamentar.

Tabela 1 – Candidatos segundo a realização de alianças eleitorais. Brasil, 2002 e 2006

2002				2006			
Concorreram sem coligação		Concorreram com coligação		Concorreram sem coligação		Concorreram com coligação	
Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
856	20,4	3.342	79,6	1.660	33,4	3.317	66,6
TOTAL DE CANDIDATOS			4.198	TOTAL DE CANDIDATOS			4.977

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quanto aos resultados, os dados informados na tabela abaixo indicam que os candidatos que participaram das disputas vinculados a partidos coligados obtiveram maior êxito em relação aos candidatos pertencentes a partidos não coligados. Em 2002, de todas as cadeiras que compõem a Câmara dos Deputados, 86,7% foram ocupadas por candidatos oriundo de coligações e apenas 13,3% de candidatos que se elegeram sem formar alianças partidárias.

Em 2006, apesar de uma ligeira diminuição, o percentual de candidatos que se elegeram a partir das coligações permaneceu bastante elevado, 80,5% contra 19,5 que se elegeram sem a adoção das coligações. A melhoria no desempenho dos candidatos que se elegeram sem a adoção de coligações está relacionado ao aumento no número de competidores que neste ano teve uma elevação bastante significativa em relação à eleição anterior. Entretanto, numa análise que levou em consideração o desempenho proporcional,

¹ Retirou-se da base de dados os candidatos inscritos, mas que não receberam votos ou aqueles que desistiram da disputa no decorrer do processo eleitoral.

verificou-se que enquanto o crescimento dos candidatos que participaram do processo eleitoral no transcurso de 2002 para 2006 sem a adoção de coligações cresceu na ordem de 93,9% o percentual de candidatos que se elegeram sem a adoção deste mecanismo teve crescimento de apenas 47,1%. Isto indica que o aumento no número quantitativo de competidores que participam do processo de forma isolada não impacta, na mesma proporção, na eleição dos representantes, o que indica que esta variável não é indicador suficiente para rejeitar a hipótese da estratégia da coligação como condição relevante para a eleição de representantes por parte dos partidos políticos.

Tabela 2 – Resultados eleitorais segundo a realização de coligações. Brasil, 2002 e 2006

2002				2006			
Eleitos sem coligação		Eleitos com coligação		Eleitos sem coligação		Eleitos com coligação	
Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
68	13,3	445	86,7	100	19,5	413	80,5
TOTAL DE ASSENTOS = 513							

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A Diversidade das Coligações no Brasil

Conforme indicado por diversos autores, devido às barreiras impostas pelas regras eleitorais brasileiras (quociente eleitoral, tempo no HGPE, financiamento de campanha, etc.), os partidos realizam coligações como estratégia para maximizar os ganhos eleitorais, entretanto, a adoção de coligações não segue a mesma lógica em todos os estados da federação, pois cada unidade apresenta contextos próprios de negociação e proximidade partidária, trazendo como resultado uma possibilidade bastante elevada de parcerias e alianças entre partidos nos diversos estados brasileiros.

As regras eleitorais adotadas no Brasil permitem intensa mobilidade de escolhas para a formação de alianças e, apesar da verticalização das coligações imposta na eleição de 2002, que acabou sendo flexibilizada na eleição de 2006, a diversificação de coligações no interior do território nacional foi bastante elevada.

Para verificar a distribuição das coligações entre os estados brasileiros e avaliar se estas mantêm um padrão nacional, analisou-se a proporção de coligações que se repetiram em relação aquelas diferenciadas. Por coligações repetidas entendemos aquelas que foram

realizadas nos diversos estados, mas que continham os mesmos partidos. Nas coligações diferenciadas, as alianças realizadas nos estados não coincidiam quanto aos partidos que participaram da composição da aliança.

Segundo os resultados apresentados não foi possível identificar um padrão nacional quanto à composição partidária das alianças. O quadro abaixo demonstra que o número de coligações que se repetiram pelos estados brasileiros nos conjunto do período estudado, não ultrapassou a média de 5% do total das coligações tanto em 2002 quanto em 2006. Isto indica que a diversidade de coligações se impôs como uma característica marcante do sistema eleitoral brasileiro, dando suporte para as teses sobre a existência de um verdadeiro federalismo partidário operando no cenário político nacional.

Tabela 3 – Coligações segundo repetição entre os estados brasileiros

2002				2006			
Coligações repetidas		Coligações diferentes		Coligações repetidas		Coligações diferentes	
Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
06	4,3	133	95,7	06	4,2	138	95,8
TOTAL DE COLIGAÇÕES			139	TOTAL DE COLIGAÇÕES			144

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Do ponto de vista dos partidos individuais percebemos que tanto na eleição de 2002 quanto na eleição de 2006, foram poucos os partidos que não realizaram alianças. Em 2002, que contou com a participação de 30 partidos, apenas três legendas, PRB, PSTU e PSOL, não formaram nenhuma coligação para o cargo de Deputado Federal nos estados brasileiros. Já na eleição de 2006, compareceram à disputa 29 legendas e destas PGT, PSD e PST participaram sem formar alianças, conforme dados da tabela abaixo.

Do outro lado, segundo ainda os dados da tabela 4, os partidos que mais participaram de coligações em 2002 e 2006 nos 27 estados brasileiros (mais o distrito federal) foram respectivamente: DEM (27 e 25), PT (25/26) PC do B (24/26) e PP (26/23). Estes partidos apresentaram maior presença na formação de coligação, e por isso mesmo, também tiveram maior diversidade de parceiros no interior da federação brasileira. Tal atitude demonstra as diferentes estratégias criadas pelos partidos políticos brasileiros com o intuito de superar as diferenças regionais, ocasionada pelo intenso grau de descentralização entre as esferas locais e nacionais. Essas legendas possuem força distinta em cada estado, implicando na

utilização de estratégias díspares nos estados brasileiros, o que confirma a teoria de Nicolau (2006) denominada de *federalismo partidário*, que possibilita aos partidos políticos, diferentes forças nos estados brasileiros, e remete a afirmação de Panebianco (1990) sobre os estados federativos brasileiros reproduzirem diferenças regionais tão significativas que seria possível compreender a “*existência de 27 lógicas distintas*” no relacionamento entre os partidos políticos no território brasileiro. Para maior compreensão vejamos a tabela a seguir.

Tabela 4 – Total de Coligações formadas por Partido Político segundo quantidade de estados

PARTIDOS	2002				2006			
	Participou de Coligação		Não participou de coligação		Participou de Coligação		Não participou de coligação	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
PAN	16	57,1	12	42,9	14	50,0	14	50,0
PC do B	24	85,7	4	14,3	26	92,9	2	7,1
PCB	4	14,3	24	85,7	4	14,3	24	85,7
PDT	19	67,9	9	32,1	18	64,3	10	35,7
DEM	27	96,4	1	3,6	25	89,3	3	10,7
PGT	13	46,4	15	53,6	0	0,0	28	100,0
PHS	21	75,0	7	25,0	21	75,0	7	25,0
PL	22	78,6	6	21,4	23	82,1	5	17,9
PMDB	17	60,7	11	39,3	22	78,6	6	21,4
PMN	22	78,6	6	21,4	21	75,0	7	25,0
PPB (PP)	26	92,9	2	7,1	23	82,1	5	17,9
PPS	22	78,6	6	21,4	24	85,7	4	14,3
PRB	0	0,0	28	100,0	8	28,6	20	71,4
PRONA	5	17,9	23	82,1	15	53,6	13	46,4
PRP	16	57,1	12	42,9	13	46,4	15	53,6
PRTB	15	53,6	13	46,4	16	57,1	12	42,9
PSB	20	71,4	8	28,6	24	85,7	4	14,3
PSC	18	64,3	10	35,7	20	71,4	8	28,6
PSD	8	28,6	20	71,4	0	0,0	28	100,0
PSDB	19	67,9	9	32,1	22	78,6	6	21,4
PSDC	14	50,0	14	50,0	4	14,3	24	85,7
PSL	12	42,9	16	57,1	6	21,4	22	78,6
PST	15	53,6	13	46,4	0	0,0	28	100,0
PSOL	0	0,0	28	100,0	8	28,6	20	71,4
PSTU	0	0,0	28	100,0	5	17,9	23	82,1
PT	25	89,3	3	10,7	26	92,9	2	7,1
PT do B	16	57,1	12	42,9	18	64,3	10	35,7
PTB	21	75,0	7	25,0	24	85,7	4	14,3
PTC	13	46,4	15	53,6	18	64,3	10	35,7
PTN	14	50,0	14	50,0	18	64,3	10	35,7
PV	19	67,9	9	32,1	21	75,0	7	25,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A Coerência Ideológica das Coligações: Uma análise regional

A ideologia tem sido traduzida como um elemento importante para a determinação do posicionamento dos partidos na busca de parceiros para a realização de coligações. Neste

sentido, por mais que entre as unidades federadas, no transcurso de uma eleição para outra, os parceiros não permaneçam os mesmos, acreditamos que os partidos pelo menos mantenham determinada coerência ideológica na produção de suas alianças. Desta forma, nesta unidade procurou-se medir a coerência ideológica das coligações a partir da inserção do Índice de Coerência Ideológica (ICI). Este índice, conforme demonstrado anteriormente, procura verificar o grau de coerência ideológica das coligações partidárias firmadas nas eleições para Deputado Federal em todo o território nacional nos pleitos de 2002 e 2006. Na avaliação dos dados procurou-se fazer um recorte territorial que teve como elemento central a organização dos estados em regiões geográficas. O objetivo desta metodologia foi permitir maior capacidade explicativa ao índice, uma vez que a literatura indica certa proximidade no processo de organização partidária entre as regiões brasileiras.

Através do índice de coerência ideológica observamos que tanto nas eleições de 2002 quanto na de 2006 houve predominância de coligações com coerência ideológica moderada, uma vez que o ICI moderado foi responsável por 67,7% das coligações realizadas na eleição de 2002 e 54,2 na eleição de 2006. Em segundo lugar está as alianças com coerência ideológica forte, que representaram respectivamente 32,3% e 44,4% das coligações em 2002 e 2006. As alianças com coerência ideológica fraca tiveram baixa representatividade no contexto do total de coligações realizadas no Brasil com 0,0% em 2002 e 1,4% em 2006.

Tabela 5 – Frequencia do Índice de Coerência Ideológica (ICI) das Coligações segundo Regiões Brasileiras. 2002/2006

Região	2002						2006							
	Forte		Moderado		Total		Forte		Moderado		Fraco		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Norte	11	33,3	22	66,7	33	100,0	12	35,3	21	61,8	01	2,9	34	100,0
Nordeste	09	20,5	35	79,5	44	100,0	24	46,2	28	53,8	0	0,0	52	100,0
Centro Oeste	08	36,4	14	63,6	22	100,0	08	42,1	10	52,6	01	5,3	19	100,0
Sudeste	08	34,8	15	65,2	23	100,0	14	58,3	10	41,7	0	0,0	24	100,0
Sul	09	52,9	08	47,1	17	100,0	06	40,0	09	60,0	0	0,0	15	100,0
Brasil	45	32,3	94	67,7	139	100,0	64	44,4	78	54,2	02	1,4	144	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nota: na eleição de 2002 não houve coligações com o ICI fraco em nenhum estado brasileiro, razão pela qual excluímos esta classificação da tabela.

Numa análise por região constatou-se que em 2002 houve o predomínio de coligações com consistência ideológica moderada numa proporção bem superior ao ano de 2006 em quase todas as regiões do país. A exceção ficou por conta da região sul, onde em 2002 houve o predomínio de alianças com coerência ideológica forte e na região sudeste que em 2006 teve o ICI forte superior ao moderado. Coligações com coerência ideológica fraca foram observados apenas no ano de 2006 em duas regiões do país (NO e NE), entretanto, devido a sua baixa significância, a presença deste índice não ofereceu capacidade explicativa para afirmar sobre a existência de uma absoluta incoerência das coligações operando no contexto das eleições legislativas brasileiras.

A região que apresentou maior equilíbrio na manutenção do padrão de consistência ideológica foi a região norte, onde quase não houve oscilações na manutenção do índice moderado e forte no transcurso da eleição de 2002 para 2006. Nesta região o ICI moderado foi de 66,7% em 2002 e passou para 61,8% em 2006. Da mesma forma o ICI forte também se manteve com reduzida alteração, 33,3% em 2002 e 35,3% em 2006.

Nas demais regiões, houve alterações significativas nos índices de coerência ideológica no transcurso da eleição de 2002 para 2006. o que permite afirmar, que não obstante as coligações serem determinadas por relativa coerência ideológica entre os partidos políticos, estas coligações apresentam grande variação no tempo e no espaço e não seguem um padrão perfeitamente determinado, uma vez que cada eleição apresenta um contexto próprio, derivado das condições existentes em cada período eleitoral.

Ideologia, coligações e Tamanho dos Partidos nas Regiões brasileiras

Outro fator que julgamos de suma importância para a análise das coligações está relacionado com o tamanho das legendas partidárias e o seu perfil ideológico. Neste aspecto, procuramos correlacionar suas respectivas ideologias com o tamanho das legendas com o intuito de observarmos a existência de padrões coligacionistas nas regiões brasileiras. Para a realização desta proposta classificamos os partidos quanto ao tamanho/ideologia nos dois períodos estudados, dentro das categorias: **Pequeno/Esquerda, Pequeno/Direita, Médio/Centro, Médio/Direita, Grande/Esquerda, Grande/Centro, Grande/Direita**, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Classificação dos Partidos Segundo Tamanho/Ideologia

Categorias	2002	2006
Pequeno/Esquerda	PCB, PC do B, PCO, PDT, PMN, PPS, PSB, PSTU, PV	PCB, PC do B, PCO, PDT, PMN, PPS, PRB, PSB, PSOL, PSTU, PV
Pequeno/Direita	PHS, PRONA, PL, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTB, PTC, PT do B, PTN, PSD, PST, PGT	PHS, PRONA, PL, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTB, PTC, PT do B, PTN
Médio Centro	PSDB, PMDB	PSDB
Médio/Direita	PP	DEM, PP
Grande/Esquerda	PT	PT
Grande/Centro	–	PMDB
Grande/Direita	DEM	–

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Durante a análise observamos que tanto nas eleições de 2002 quanto em 2006 os partidos que mais compuseram coligações foram os pequenos, de um total de 139 coligações em 2002, apenas 2,88% (04 coligações) não foram constituídas com a participação de pequenos partidos. O mesmo ocorreu em 2006, onde de um total de 144 coligações, apenas 2,08% (03 coligações) foram formadas sem a participação dos partidos pequenos. Nos dois períodos avaliados constatamos as conclusões dos estudiosos brasileiros sobre os pequenos partidos, pois a frequência com que participam de alianças é consideravelmente elevada, ultrapassando os 95% em cada eleição estudada (97,12% em 2002 e 97,92% em 2006). Tal fato ocorre porque para eles é difícil atingir o quociente eleitoral sem estabelecer alianças com partidos médios ou grandes.

Essa atitude origina os chamados “partidos de coligação” que ampliam a fragmentação partidária brasileira já que não possuem votos para atingir o quociente eleitoral, no entanto, conseguem representação devido à votação de outros partidos. As explicações para a formação dessas alianças são diversas, entre elas a probabilidade de não alcançar o quociente eleitoral, garantir maior visibilidade no HGPE e possibilitar maiores ganhos no financiamento de campanha, principalmente pelo fato de que as coligações na eleição legislativa, geralmente é acompanhada pelo apoio destes partidos aos cargos executivos.

Como foi verificado numa análise mais detalhada dos estados brasileiros por região, realizado nos tópicos anteriores, em sua maioria na formação das coligações brasileiras houve o domínio do seguimento pequeno/esquerda ou pequeno/direita, o que demonstra que a maioria dos partidos que compõem coligação são os partidos pequenos, que necessitam desse mecanismo para poder atingir o quociente eleitoral. Estas duas variáveis somadas nos

dois períodos analisados atingem aproximadamente 75% dos partidos que compõem as coligações em cada pleito eleitoral estudado, corroborando assim o grande interesse dos pequenos partidos ao formarem alianças.

Observamos que tanto nas eleições de 2002, quanto em 2006 o número de cadeiras conquistadas pelos grandes partidos (respectivamente 34,1% e 33,5%) e médios partidos (respectivamente 37,8% e 33,5%) foi superior aos conquistados pelas pequenas legendas, porém estas conquistaram número considerável de assentos no legislativo, o que poderia não ocorrer caso estes partidos concorressem isolados. Em 2002 dos 513 deputados eleitos 28,1% foram oriundos de partidos pequenos e em 2006 esse média elevou para 32,9%, quase igualando a média dos grandes e médios partidos.

Os dados apresentados no quadro abaixo demonstram que o número de coligações aumenta à medida que diminui o tamanho da legenda, o que confirma totalmente a associação negativa descrita por Nicolau (1996) entre os tamanhos das legendas e a frequência com que se coligam, ou seja, quanto maior a legenda menor a probabilidade de aliança. Essa falta de rigorosidade do sistema eleitoral brasileiro sustenta o efeito fragmentador das coligações sobre o sistema partidário. E de acordo com Nicolau (1996), após simular a composição das bancadas partidárias para Câmara dos Deputados, a não composição de alianças partidárias pelos pequenos partidos resultaria em sua exclusão do processo de representação. Destarte temos a grande diferença entre o número de partidos pequenos que compõem coligações em relação aos grande e médio, como se pode observar no quadro a seguir:

Tabela 6 – Coligações segundo tamanho das legendas e ideologia

Regiões	Pequeno / Esquerda		Pequeno / Direita		Médio / Centro		Médio / Direita		Grande / Esquerda		Grande / Centro		Grande / Direita	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Norte	33,6	36,1	46,7	41,5	5,9	4,8	4,6	9,5	4,6	4,8	0,0	3,4	4,6	0,0
Nordeste	34,6	38,2	43,9	42,0	7,8	4,8	3,9	7,7	4,9	4,4	0,0	2,9	4,9	0,0
Centro-Oeste	34,4	40,2	45,2	40,2	7,5	4,6	4,3	6,9	5,4	4,6	0,0	3,5	3,2	0,0
Sudeste	31,0	37,7	48,3	42,9	6,9	5,2	4,6	6,5	4,6	5,2	0,0	2,6	4,6	0,0
Sul	37,3	47,2	47,5	32,1	1,7	3,8	3,4	9,4	5,1	5,7	0,0	1,9	5,1	0,0
Total	34,1	38,7	45,8	40,8	6,5	4,8	4,2	8,1	4,9	4,7	0,0	3,0	4,5	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Tanto nas eleições de 2002 quanto em 2006 como o citado anteriormente houve o predomínio das categorias pequeno/esquerda e pequeno/direita, porém nos dois pleitos

eleitorais estudados as legendas que de fato dominaram as coligações foram às classificadas como pequeno/direita. Este domínio em 2002 se deu em todas as regiões brasileiras, oscilando entre 48,3% na região Sudeste e 43,9% na região Nordeste, onde esta categoria obteve o menor percentual. Já em 2006, apesar do predomínio desta situação no cenário geral, o mesmo não ocorreu na região Sul, pois nesta o percentual de legendas pertencentes à categoria pequeno/direita, atingiu apenas 32,8 do total, contudo as legendas classificadas como pequeno/esquerda dominaram esta região com 47,2% das coligações. Para melhor visualização dos processos descritos, observe o gráfico a seguir:

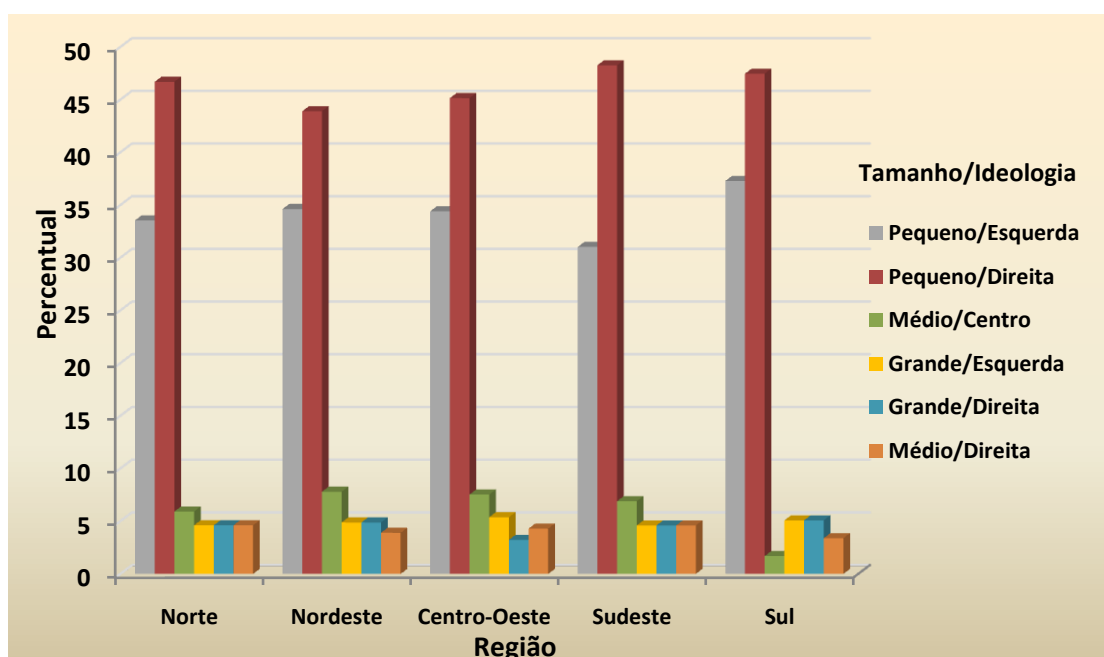


Gráfico 1 - Tamanho/Ideologia nas Regiões brasileiras nas eleições de 2002
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Como se pode observar no gráfico, nas eleições de 2002 a categoria pequeno/direita dominou em todas as regiões brasileiras, seguido das legendas enquadradas como pequeno/direita. Essa querela foi maior na região Sudeste, onde se verificou uma diferença entre as duas categorias de aproximadamente 17%, e ocorreu em menor porcentagem na região Nordeste onde esta se configurou com um total de 9,3%. Nesta mesma eleição a categoria pequeno/direita obteve um total de 45,8% das legendas que compunham coligações. Em seguida as legendas consideradas pequeno/esquerda atingiram a média de 34,6%. As demais categorias neste período não atingiram nem 10%, cada, do total dos partidos que concorreram formando alianças partidárias. A categoria que menos apresentou candidatos neste período obteve uma média de 4,19% das legendas que compunham

alianças, e as legendas consideradas médio/centro que alcançaram apenas 6,54% dos partidos. Outro diferencial deste período foi à ausência de legendas coligadas pertencentes à categoria grande/centro, já que o partido (PMDB) que compõe essa categoria não alcançou o número mínimo de assentos no legislativo para ser considerada grande/centro. Ressalta-se que a apesar desta legenda não atingir o número mínimo de bancadas para ser classificado como grande partido se reconhece a sua importância nestas eleições, porém foi necessário enquadrá-la como partido médio para darmos prosseguimento à metodologia adotada.

Apresentando significativa diferença entre os períodos estudados, nas eleições de 2006 não houve como no pleito em 2002 o domínio em todas as regiões brasileiras das legendas pequeno/direita, esta predominou em três regiões brasileiras (Sudeste, Norte e Nordeste), e igualou o percentual com a categoria pequeno/esquerda na região Centro-Oeste com 40,2% dos partidos que concorreram às eleições para cada uma destas categorias. A porcentagem dos partidos considerados pequeno/direita diminuiu consideravelmente e para melhor compreensão dos resultados analisados apresenta-se o gráfico abaixo:

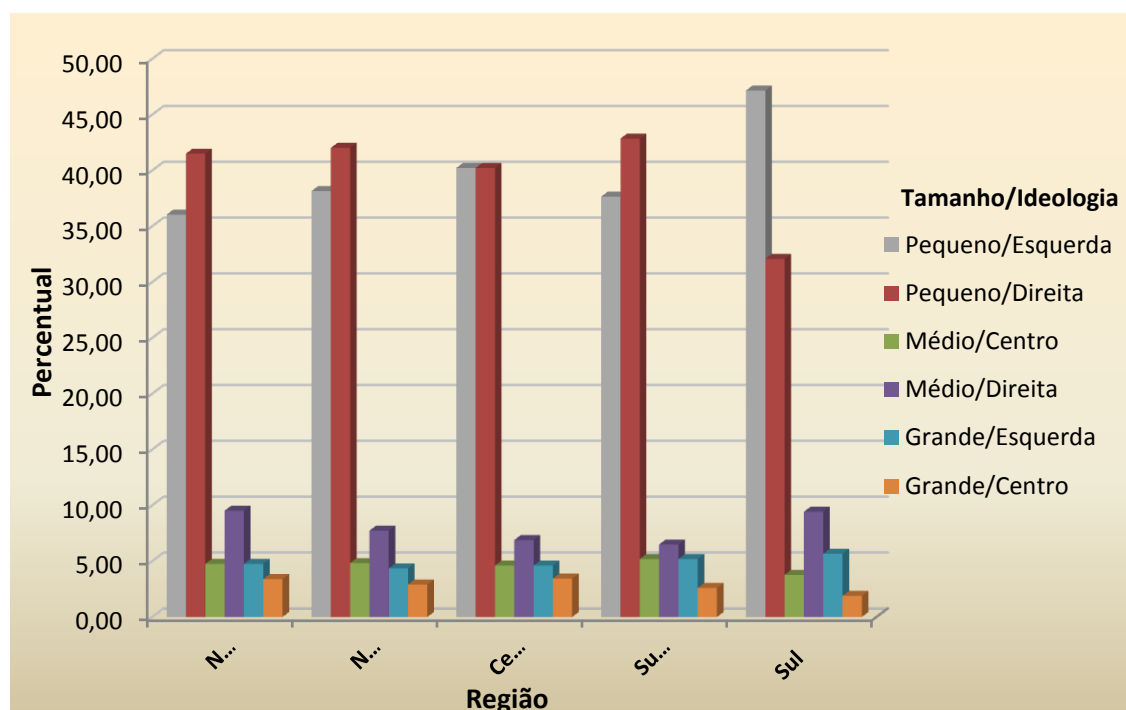


Gráfico 2: Tamanho/Ideologia nas Regiões brasileiras nas eleições de 2006
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Nas eleições de 2002 esta categoria diminuiu 5% no total geral, atingindo o percentual de 40,8% das legendas que constituíram coligações, este declínio pode ser verificado em todas as regiões neste período, como pode ser constatado no gráfico, porém

seu declínio foi maior na região Sul, onde atingiu uma acentuada diminuição de 14,7%, chegando ao total de 32,8% das legendas coligadas. Em detrimento da diminuição desta variável detectamos um aumento da categoria pequeno/esquerda que alcançou uma margem de 47,17% dos partidos, com o aumento de aproximadamente 4% das legendas consideradas pequeno/esquerda. Também neste pleito eleitoral, cabe destaque à região Sul, que inversamente ao resultado do pleito anterior que alcançou um total de 47,5% na categoria pequeno/direita e 37,3% na categoria pequeno/esquerda, nesta eleição aumentou aproximadamente 10% no total de partidos considerados pequeno/esquerda, alcançando o percentual de 47,17% das coligações, em detrimento da variável pequeno/direita que atingiu o percentual de 32,8%, perdendo por volta de 14,7% no número das legendas coligadas.

Após estas análises observa-se que em todas as regiões, inversamente à diminuição da categoria pequeno/direita, temos o aumento dos partidos considerados pequeno/esquerda, o que remete a afirmação que estas duas variáveis dominam as coligações e determinam a estrutura das alianças oscilando entre estas nos períodos estudados.

Outro diferencial deste período é quanto à categoria grande/centro que não estava presente em 2002, já que o partido classificado como grande/centro (PMDB) não obteve o número mínimo de cadeiras no legislativo (81), porém com a conquista de 89 assentos no legislativo em 2006, este partido se configurou como um grande partido e compõe 2,98% do total da frequência das legendas classificada como grande/centro. Cabe ressaltar que em 2002, este compunha a categoria médio/centro. O inverso ocorreu com a categoria grande/direita, representada pelo partido DEM que em 2002 conquistou 84 dos assentos legislativos e perdeu este número em 2006 conquistando apenas 65 das bancadas, deixando neste período essa categoria sem representação, já que passou a ser classificado como partido médio/direita.

A categoria médio/centro que em 2002 alcançou o resultado de 6,54% teve uma perda percentual de 1,78%, atingindo um total em 2006 de 4,76%, em todas as regiões houve essa diminuição, exceto no Sul que passou de 1,69% para 3,77%. Esses resultados são oriundos da passagem do PMDB de partido médio/centro em 2002, para grande/centro em 2006. O inverso ocorreu com a variável médio/direita que em 2002 atingiu a porcentagem de 4,19% das legendas que compunham as coligações, e quase dobrou esta porcentagem atingindo 8,6% dos partidos coligados, tal resultado foi influenciado pela ausência e presença da legenda DEM, que em 2002, devido às conquistas dos assentos

legislativos (84 bancadas) foi classificado como grande/direita, porém este não obteve o mesmo sucesso no pleito de 2006, onde este partido conquistou apenas 65 das cadeiras, o que o classificou como médio/direita. Daí o aumento na porcentagem da categoria médio/direita que nos dois períodos foi composta pelo partido PP com 48 assentos legislativos em 2002, ainda denominado de PPB e 41 bancadas em 2006. A categoria grande/esquerda manteve uma média nos pleitos avaliados, atingindo 4,87% em 2002 e 4,73% em 2006, tal resultado só foi possível devido à permanência do PT nestas duas eleições na categoria grande/esquerda. Ressaltamos aqui a importância do PT neste período devido à conquista da presidência da república, além de diversos estados distribuídos pelas regiões brasileiras, tal resultado se configurou pela “onda Lula”. Para maior compreensão das informações acima, verificar os gráficos.

Com base nas análises demonstradas verificamos que as coligações são necessárias tanto aos pequenos partidos, que encontram nesse instrumento possibilidade de atingir representatividade, quanto aos grandes partidos, que através das alianças encontram alguns benefícios, como o aumento do tempo de exposição nos meios de comunicação, um maior número de lançamento de candidatos, entre outros. Estes últimos também buscam compor coligações com os pequenos, para não se configurarem como rivais na divisão dos assentos e além de possibilitarem a soma na contabilização de votos, que pode ser importante na disputa das sobras. Observa-se também que a questão ideológica, não é fator determinante na composição das coligações pelos partidos políticos, estes buscam resultados satisfatórios nos pleitos, para isso tornam-se pragmáticos.

Conclusões

A proposta inicial deste trabalho procurava identificar a existência de padrões coligacionistas nas eleições de 2002 e 2006 para o cargo de Deputado Federal nas regiões brasileiras a partir da dimensão ideológica das legendas. Partimos da hipótese de que a formação das coligações partidárias brasileiras não evidencia um padrão de comportamento ideológico nacional, estas se configuram de maneira distinta nas regiões/estados brasileiros, visando a maximização dos resultados eleitorais.

A metodologia utilizada partiu da construção de um índice chamado de índice de coerência ideológica das coligações, que a partir da verificação da ideologia partidária de todos aqueles que compunham as coligações no período analisado, procurou verificar sem em relação a dimensão ideológica a coerência ideológica era forte, fraca ou média.

No período estudado verificou-se o grande interesse dos partidos políticos a comporem coligações, pois nos dois pleitos eleitorais mais da metade das candidaturas foram oriundas de alianças partidárias. Nas eleições de 2002, este montante atingiu aproximadamente 80% das candidaturas, e apesar de um acentuado declínio no pleito de 2006, ainda assim observou-se um significativo número de candidatos oriundos de coligações partidárias; com aproximadamente mais de 60% das candidaturas.

Destarte ratificou-se neste trabalho que a taxa de sucesso dos candidatos que optaram por apresentar-se através de coligações no período estudado foi consideravelmente superior aos que optaram por se apresentar isolado. A estratégia de lançar candidatos isoladamente configurou-se como ineficaz, pois o número de candidatos eleitos sem coligação foi quatro vezes menor, nos dois pleitos, em relação aos eleitos por coligação, o que torna essa estratégia sem atrativos para as legendas, que buscam a ampliação dos resultados eleitorais.

Com o auxílio do Índice de consistência Ideológica observou-se nos dois períodos avaliados que os partidos políticos brasileiros possuem interesse em formar alianças dentro do mesmo eixo ideológico, pois predominou nestes pleitos o ICI moderado, ou seja, a maioria das coligações formadas neste período possui pelo menos entre 50% a 79% dos partidos pertencentes ao mesmo eixo ideológico (67,63% em 2002 e 54,17% em 2006). Houve também relativo aumento no ICI forte em 2006, de aproximadamente 12%, o que demonstra maior coerência ideológica dessas coligações nesta eleição.

Outra conclusão que se fez importante para o desenvolvimento desta pesquisa, refere-se à classificação dos partidos políticos quanto ao tamanho. Neste particular, após criar uma tipologia que classificou os partidos como: Pequeno/Esquerda, Pequeno/Direita, Médio/Centro, Médio/Direita, Grande/Esquerda, Grande/Centro, Grande/Direita, verificou-se que no Brasil os partidos políticos que mais participam de alianças partidárias em todas as regiões brasileiras são os classificados como pequeno, pois estes participaram de mais de 95% das coligações constituídas em cada pleito eleitoral estudado.

As categorias que mais compuseram alianças partidárias nas eleições analisadas foram: pequeno/direita e pequeno/esquerda. Nessas eleições estas categorias totalizaram aproximadamente 80% das legendas que se apresentaram coligadas em cada pleito eleitoral. No entanto, as legendas que de fato predominaram nas coligações foram às classificadas como pequeno/direita, que em 2002 liderou esse ranking 45,8% e em 2006, apesar de uma

leve diminuição manteve a média dos 40%, perdendo espaço somente na região Sul, onde a categoria pequeno/esquerda liderou, com aproximadamente 50% das legendas. As demais categorias permaneceram nos dois pleitos avaliados na média de 20% das legendas que formaram coligações, sem, no entanto, apresentarem uma constante, este número oscilou nos pleitos avaliados devido a passagem de uma legenda de uma categoria para outra com a conquista ou perda de assentos no legislativo.

Com base nas análises demonstradas verificamos que as coligações são necessárias tanto aos pequenos partidos, que necessitam ultrapassar a barreira do quociente eleitoral, como para os grandes que visando às eleições majoritárias precisam do apoio dos pequenos partidos; igualmente é melhor ter estas legendas como aliadas que como rivais. Observa-se também que apesar de haver um interesse dos partidos em compor coligações dentro do mesmo espectro ideológico, esta questão, não é fator determinante na composição das coligações pelos partidos políticos, pois estes visam resultados satisfatórios e para isso tornam-se pragmáticos.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2001 (2ª edição)

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. In Revista Opinião Publica, vol.12, nº1, Campinas: Apr./May, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGE, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994. Dados, Rio de Janeiro, vol. 38, 3, 1995.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impacto sobre os partidos. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad - Adenauer – Stiftung; São Paulo: Editora UNESP. 2010.

KRAUSER, Silvana Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais x nacionalização do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

KRAUSER, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad - Adenauer – Stiftung; São Paulo: Editora UNESP. 2010.

LIMA Jr., Olavo Brasil de. Partidos políticos brasileiros – 45 a 64. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Aline. A lógica das coligações eleitorais no Brasil. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005.

MACHADO, Carlos M. M.. Identidades diluídas: coerência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: UNB, 2007.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas; Porto Alegre: Mercado Aberto. 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda – direita”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad - Adenauer – Stiftung; São Paulo: Editora UNESP. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos M. M.. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). DADOS, Rio de Janeiro: vol. 50, n. 4. 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira. In Revista de Ciências Sociais, vol. 40, N° 3. 1997.

NICOLAU, Jairo Marconi. e SCHMITT, R. "Sistema Eleitoral e Sistema Partidário". Lua Nova, nº. 36. 2004.

NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. Revista Dados, vol. 40, nº 3, Rio de Janeiro, 1997.

SCHIMITT, Rogério. Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na ciência política brasileira. In: KRAUSER, Silvana; SCHIMITT, Rogério (orgs.). Partidos e Coligações eleitorais no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer UNESP. 2005. p. 11 – 24.

SCHMITT, Rogério. Coligações eleitorais e sistemas partidários no Brasil. Tese (Doutorado EM Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 2000.

SOARES, Gláucio Dillon. (1964), “Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria”. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 17, pp. 95-124.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa - Omega, 1983.

Anexo

Tabela 1 – Índice de Coerência Ideológica das Coligações às eleições para Deputado Federal por estados Brasileiros. 2002 e 2006.

Região/Estado		2002				2006			
		<i>Fraco</i>	<i>Moderado</i>	<i>Forte</i>	<i>Total</i>	<i>Fraco</i>	<i>Moderado</i>	<i>Forte</i>	<i>Total</i>
NO	Acre	0	04	00	04	0	4	0	4
	Amazonas	0	03	01	04	0	3	3	6
	Amapá	0	04	00	04	0	3	1	4
	Pará	0	02	03	05	0	3	3	6
	Rondônia	0	04	03	07	0	4	0	4
	Roraima	0	04	01	05	0	2	3	5
	Tocantins	0	01	03	04	1	2	2	5
NE	Maranhão	0	04	00	04	0	1	4	5
	Ceará	0	04	01	05	0	4	2	6
	Piauí	0	04	01	05	0	4	3	7
	Rio Grande do Norte	0	04	01	05	0	4	1	5
	Pernambuco	0	06	00	06	0	3	4	7
	Paraíba	0	05	00	05	0	3	3	6
	Sergipe	0	03	02	05	0	2	2	4
	Bahia	0	02	03	05	0	3	4	7
CO	Alagoas	0	03	01	04	0	4	1	5
	Distrito Federal	0	03	04	07	0	2	3	5
	Goiás	0	03	01	04	0	2	2	4
	Mato Grosso	0	04	01	05	0	4	2	6
	Mato Grosso do Sul	0	04	02	06	1	2	1	4
SE	Espírito Santo	0	04	01	05	0	3	1	4
	Minas Gerais	0	03	02	05	0	3	3	6
	Rio de Janeiro	0	04	03	07	0	3	6	9
	São Paulo	0	04	02	06	0	1	4	5
SU	Paraná	0	02	04	06	0	3	2	5
	Rio Grande do Sul	0	02	02	04	0	2	3	5
	Santa Catarina	0	04	03	07	0	4	1	5
BRASIL		0	2	45	139	2	78	64	144

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE